

Dólar vai a R\$ 5,32 com incerteza fiscal após PEC de gastos

# Dólar dispara e vai a R\$ 5,32 após Senado aprovar gasto de R\$ 41,25 bi

Aumentar despesas em meio a cenário externo nebuloso deixa país mais vulnerável, dizem analistas

Clayton Castelan e Douglas Gavras

SÃO PAULO A PEC (proposta de emenda à Constituição) que estabelece um estado de emergência para ampliar e criar novos auxílios sociais, aprovada pelo Senado nesta quinta-feira (30), é uma medida eleitoral que pode ter efeitos positivos a curto prazo, mas a longo prazo deve piorar o cenário fiscal, avaliam analistas. A PEC traz medidas que terão custo total de R\$ 41,25 bilhões.

A notícia da aprovação piorou o humor dos mercados nesta sexta-feira (1º), já abalados pelos temores de uma forte desaceleração global.

O dólar subiu 1,72%, para R\$ 5,3220, maior valor desde 4 de fevereiro. Durante a manhã, a divisa chegou a saltar 2,24%, quando tocou a máxima do dia, de R\$ 5,3390.

Investidores redobram a cautela devido ao sentimento de que a disputa eleitoral vai ampliar o risco fiscal. "O mercado está lendo como uma medida para tentar angariar votos nas eleições", afirma Fernanda Consorte, economista-chefe do Banco Ourinvest.

Analista diz que o Brasil corre um risco doméstico adicional ao colocar em andamento uma PEC que amplia os gastos do governo, que se soma ao temor da recessão mundial, que direciona o mercado. O sentimento foi reforçado pelo resultado abaixo do esperado do índice que acompanha a atividade industrial nos EUA.

O movimento generalizado de investidores em busca de segurança levou o dólar a ganhar valor sobre quase todas as moedas de países emergentes nesta sexta. O real ficou entre as quatro mais depreciadas, considerando 24 divisas monitoradas pela Bloomberg.

Aumentar gastos públicos nesse cenário significa colocar o Brasil em uma situação de vulnerabilidade para lidar com a desaceleração mundial em 2023, pois uma das consequências da crise global tende a ser a queda na arrecadação, diz Nicola Tingas, economista-chefe da Acrefi (associação de empresas de crédito e financeiras).

Se, por um lado, o país terá menos dinheiro em caixa, por outro, precisará gastar mais com o pagamento de juros da dívida pública, ressalta.

"Os estímulos criados pela PEC terminarão neste ano, mas a pressão inflacionária que eles geram levará mais tempo para diminuir, obrigando o Banco Central a manter os juros elevados por mais tempo", comenta Tingas.

Otto Nogami, do Insper, também destaca os efeitos negativos sobre inflação, despesa e dívida pública.

"Compromete a política fiscal e vai na contramão do Banco Central, que poderá elevar ainda mais a taxa básica de juros. A combinação desses fatores impactará negativamente sobre o crescimento da economia, comprometendo ainda mais as perspectivas para o futuro."

Continue na pág. A17

**\* O que está na PEC**

**AUXÍLIO BRASIL**

• Amplia o piso de R\$ 400 para **R\$ 600** até o fim do ano; 18,15 milhões de famílias já estão hoje no programa social

• Zera a **fila de espera**; governo prevê que pode elevar público contemplado a 19,8 milhões de famílias

**AUXÍLIO GÁS**

Ampliar o valor para **R\$ 120**, pagos a cada bimestre; em junho, 5,7 milhões de famílias receberam R\$ 53, equivalente a 50% do preço médio do botijão de 13 kg

**CAMINHONEIROS AUTÔNOMOS**

Cria um **auxílio de R\$ 1.000**

**IDOSOS**

Autoriza repasse de **R\$ 2,5 bilhões** para bancar **gratuidade** no transporte público urbano

**ETANOL**

Autoriza até **R\$ 3,8 bilhões** em **subsídios**

**TAXISTAS**

Cria **auxílio** até o limite de **R\$ 2 bilhões**

**ALIMENTA BRASIL**

Autoriza repasse extra de **R\$ 500 milhões** para programa que financia a aquisição de alimentos de **agricultores familiares** para doação a **pessoas carentes**

**Quais são os riscos eleitorais?**

A lei eleitoral proíbe a implementação de novos benefícios no ano de realização das eleições, para evitar o uso da máquina pública em favor de um dos candidatos. As únicas exceções são programas já em execução ou quando há calamidade pública ou estado de emergência

**Qual é a solução do governo?**

Instituir um estado de emergência, regulamentado via PEC, permitindo a criação do novo benefício a caminhoneiros e a ampliação dos benefícios já existentes, mesmo sendo ano eleitoral

## Bolsa e dólar em 2022



## Dólar dispara e vai a R\$ 5,32 apó Senado aprovar gasto de R\$ 41,25 bi

Continuação da pág. A15

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, considera que a abordagem do governo só tem piorado o cenário fiscal, com consequências de depreciação do câmbio, o que piora a inflação.

"Há um efeito de curto prazo para a população mais pobre, certamente, mas em termos de impacto na economia não muda o crescimento deste ano, pela piora que leva aos outros indicadores. Utilizar todo o arsenal de medidas por uma questão eleitoral piora muito o cenário para 2023. Vai se construindo um cenário de difícil gestão de política econômica."

Para o economista André Braz, coordenador dos índices de preços da FGV, ainda é difícil saber o efeito final, dados o elevado número de incertezas, com a Guerra da Ucrânia, a evolução dos novos casos de Covid e a eleição. "A PEC focou em coisas que são para conter o avanço da inflação, mas a gasolina, por exemplo, é um item de luxo, que contribui para a classe média. Devemos esperar a curto prazo uma redução dos preços, mas depois o saldo volta. É claramente uma medida para o governo, mas a própria política monetária enxerga que não é duradoura."

Ele ressalta que no ano que vem vai ser preciso correr atrás de uma inflação repressada, apenas adiando o problema atual. "É complicado operar nesse mundo, em que a gente não sabe qual vai ser a repercussão na política fiscal no longo prazo."

Bernard Appy, do Centro de Cidadania Fiscal, lembra que a maioria dos economistas entende que a melhor política para o momento atual, de alta nos preços e seu impacto sobre as famílias de baixa renda, é ampliar a transferência de renda. "O problema é que o governo focou inicialmente em medidas de redução de preços dos combustíveis, a partir disso é que veio a PEC e é preciso olhar o impacto fiscal do todo."

## Câmara pode anexar PEC em outra para acelerar processo

Danielle Brant, Raquel Lopes e Renato Machado

**BRASÍLIA** O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), estuda anexar a PEC que autoriza bilhões para caminhoneiros, taxistas e Auxílio Brasil em ano eleitoral a um texto sobre biocombustíveis que tramita em uma comissão especial na Casa.

A informação foi divulgada pelo líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), em uma rede social. "A PEC dos benefícios aprovada no Senado se-

rá votada na Câmara em rito a ser decidido na reunião de líderes com Arthur Lira nesta segunda [27]", escreveu — em uma versão posterior do texto, Barros suprimiu o nome do presidente da Câmara, mas manteve as demais informações.

Ele indicou que a ideia é pensar o texto à PEC 15, que trata de biocombustíveis, e votar sem alterações os textos aprovados no Senado. Segundo Barros, o relator dessa PEC na comissão especial da Câmara, Danilo Forte (União CD), ainda está analisando a técnica legislativa.

A proposta, aprovada pelo Senado na quinta (30), institui um estado de emergência para permitir que o presidente Jair Bolsonaro (PL) fuja do teto de gastos e abra os cofres públicos a pouco mais de três meses das eleições.

A PEC dá aval ao governo para turbinar programas sociais até o fim do ano sem embarar em restrições da lei eleitoral, que existem para evitar o uso da máquina pública em favor de algum candidato. Bolsonaro ocupa o segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, atrás do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Essa PEC, então, seria pensada à proposta que busca preservar um regime favorecido aos biocombustíveis — que poderiam ter perda de competitividade com as medidas para reduzir o custo da gasolina e do diesel aprovadas recentemente.

O texto tramita em uma comissão especial na Câmara, após ser aprovado pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) no dia 20 de junho. Regimentalmente é possível pensar uma PEC a outra já tramitando, desde que haja pertinência temática.

A PEC traz medidas que terão um custo total de R\$ 41,25 bilhões — valor maior que os R\$ 38,75 bilhões acertados na véspera, em mais um movimento de aumento da fatura. Quando as medidas para atacar a alta de combustíveis começaram a ser discutidas, o gasto extra era projetado em R\$ 29,6 bilhões.

A oposição criticou qualquer tentativa de acelerar a tramitação da PEC. Líder do PT na Câmara, o deputado Reginaldo Lopes (MG) chamou a proposta de "PEC da boca de urna".

"É uma PEC criminoso e eleitoreira. Eu falei com o Arthur Lira que ela virar antirregimental e antidemocrática é um absurdo. Ela deve seguir o caminho do trâmite do regimento da Casa, CCJ e comissão especial", disse.

Ele defendeu mudanças no texto, em especial na parte que trata do reconhecimento do estado de emergência "decorrente da elevação extraordinária e imprevisível dos preços do petróleo, combustíveis e seus derivados e dos impactos sociais deles decorrentes."

# PEC é ilegal e deveria ser questionada antes da eleição, diz advogado

Para especialista, proposta cria estado de emergência artificial, e Auxílio pode ser elevado sem alterar Carta

## ENTREVISTA ALBERTO ROLLO

Eduardo Cucolo

**SÃO PAULO** A PEC (proposta de emenda à Constituição) do Estado de Emergência aprovada no Senado na quinta-feira (30), é inconstitucional e deveria ser barrada pelo STF (Supremo Tribunal Federal), afirma o advogado Alberto Rollo, especialista em Direito Eleitoral.

Para evitar que o presidente Jair Bolsonaro (PL) se beneficie da proposta que atropela a legislação eleitoral, o melhor caminho seria contestar o dispositivo assim que ele for promulgado pelo Congresso.

Um questionamento posterior às eleições — ou à liberação do dinheiro previsto — pode levar à cassação do registro da candidatura ou do diploma, em caso de reeleição, mas essa seria uma decisão menos provável, avalia o especialista, pois o presidente poderá alegar que agiu de boa-fé e com base na legislação vigente.

## PEC inconstitucional

Se aprovada, será uma PEC inconstitucional. É um estado de emergência criado de forma artificial. Se [o governo] suspende o decreto de calamidade pública, é porque não tem emergência agora em relação à pandemia. Estado de emergência e de calamidade pública, para efeitos de pandemia, é a mesma coisa. Em relação à guerra, ela já tem quatro meses. Então é uma emergência fabricada.

## Aumento do auxílio sem PEC

Por que foi fabricada essa emergência? Ai vamos entrar na lei eleitoral. O parágrafo 10 do artigo 73 fala que não pode conceder benefícios a não ser em casos de emergência, calamidade pública, tem as exceções lá. inclusive ressaltado programa social já existente. O aumento da verba do programa social está contemplado ali. Para aumentar de R\$ 400 para R\$ 600 não precisa de PEC. A lei fala que pode aumentar. Tem jurisprudência do próprio TSE, porque não está criando um novo programa. A PEC quer mais. Não é só aumentar o programa social. Quer criar programa novo, dos caminhoneiros, para os táxis, querem fazer coisas novas, quando a lei expressamente proíbe.

## Quem vai questionar o STF

Então faz PEC para dizer que está acima da lei, que não vale a lei eleitoral. Há um desvio de finalidade de muito flagrante que contamina essa PEC. Isso tem de ser questionado no STF. A oposição não vai fazer isso, porque votou covardemente aprovando a PEC.

O Lula vai questionar? Claro que não. Mas tem um agente político que tem de agir que é o Ministério Público. Ai, quem vai decidir é o STF. Os ministros podem decidir que o Congresso tem o direito de declarar emergência e que, se declarou, realmente não vale a lei eleitoral. Tudo bem, deixa o STF dizer isso. Mas alguém tem de provocar. O procurador tem a obrigação de agir. Vamos ver. Quem sabe ele não surpreende e faz alguma coisa.



**Alberto Rollo, 52** É sócio do escritório Alberto Rollo Advogados Associados, com atuação nas áreas de direito eleitoral, direito político e partidário, administrativo, civil e empresarial

## Antes da eleição

O ideal seria questionar antes das eleições. É possível pedir liminar para que essa conduta seja cessada imediatamente. Pode ser depois. Ai vai dizer que houve prática de conduta vedada para querer a cassação do registro ou do diploma se ele for reeleito. Vai ter de provar que ele foi beneficiário, é muito mais difícil, mas é possível fazer depois também. É uma conduta vedada, e uma conduta vedada, se praticada, leva à cassação do registro ou do diploma.

## Boa-fé do presidente

Vamos dizer que demore para um ministro do STF decidir. Aquilo que foi feito nesse período, o presidente pode dizer que fez de boa-fé. Quando praticou o ato, a emenda estava em vigor, só foi suspensa depois. Não agiu dolosamente para burlar a lei. Vai ter essa justificativa. De qualquer forma, não dá para negar que foi uma movimentação maliciosa, para burlar a lei, mas inteligente, porque você tem a questão da emergência prevista na lei e a PEC, que está acima da lei. É um passo que gera dúvida, gera discussão.

## Vai criar um precedente

Agora, qualquer governante de plantão vai dizer, olha tem uma emergência porque teve enchente ou seca não sei onde, vamos criar uma exceção à lei eleitoral. É um precedente perigoso. A gente está com o Estado democrático de Direito prejudicado. Por que a lei traz essas condutas vedadas? Elas são de 2006 [ano da reeleição do ex-presidente Lula]. A lei é de 1997, mas a alteração do dispositivo é de 2006. O Congresso fez isso para evitar o casuismo, que o governante de plantão possa se auto beneficiar. Eu abro os cofres públicos. Provoco um rombo fiscal tremendo, mas me reelejo. É isso que a lei quer evitar.

## Desgaste do Supremo

Os juízes não são eleitos. Juiz tem de ter compromisso com a Constituição. Vão cair de pau no Supremo, pedir impeachment dos ministros. Tenho certeza. Só que eles não estão lá para serem populares, mas para decidirem de acordo com a Constituição e a lei.

“Agora, qualquer governante de plantão vai dizer, olha tem uma emergência porque teve enchente ou seca não sei onde, vamos criar uma exceção à lei eleitoral. É um precedente perigoso. A gente está com o Estado democrático de Direito prejudicado”

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

**Seção:** Mercado **Caderno:** A **Página:** 15 e 17